devidamente atualizada e , acrescida de juros, até a data do efetivo recolhimento;

III - Aplicar ao Sr. SAMUEL TADEU LIMA AFALO, Diretor, a multa de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pela intempestividade na apresentação das contas;

IV – As importâncias supramencionadas deverão ser recolhidas na forma como dispõe a Lei estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece a art. 71, § 3º da Constituição Estadual.

ACÓRDÃO Nº 47.023

Processos nº. 2006/50864-9

Assunto: Prestação de Contas da FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TRANCREDO NEVES, exercício financeiro de 2005.

Responsável: Sra. MARIA REGINA MANESCHY FARIA SAMPAIO, Presidente à época.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$ 25.990.470,62 (vinte e cinco milhões, novecentos e noventa mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e dois centavos), e dar quitação à responsável.

ACÓRDÃO Nº 47.024

Processo nº 2007/50404-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 007/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE e o CBM/PA

Responsável: Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS BRAGA, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais), e aplicar ao Sr. JORGE LUIZ DOS SANTOS BRAGA, Prefeito à época, C.P.F. nº. 252.427.332-68, multa de R\$-1.075,00 (mil e setenta e cinco reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.025

Processo nº. 2007/50517-0

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 074/2005, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS e a SETEPS.

Responsável: Sr. DARCI JOSÉ LERMEN – Prefeito.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil quatrocentos reais) e aplicar ao Sr. DARCI JOSÉ LERMEN – Prefeito, (C.P.F nº 441.755.230-49), a multa no valor de R\$ 1.920,00 (hum mil novecentos e vinte reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de Contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do debito e das multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Estadual.

ACÓRDÃO Nº 47.026

Processo nº. 2007/50612-8

Assunto: Prestação de Contas do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR referente ao Exercício Financeiro de 2006.

Responsável: Sr. ORLANDO ANTONIO SARMANHO FRADE – Comandante geral à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea “a”, c/c o art. 74, incisos I e II da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993:

I - Julgar irregulares as contas no valor de R\$131.214.55,69 (cento e trinta e um milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), sem imputar débito ao Senhor ORLANDO ANTONIO SARMANHO FRADE, CPF nº. 134.313.582-68, porém em razão da infração à norma legal aplicar a multa de R\$500,00, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado na forma como dispõe a Lei estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

II – Encaminhar ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar as recomendações sugeridas pelo Departamento de Controle Externo desta Corte.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.027

Processo nº. 2008/51237-4

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 017/2007 firmado entre a FEDERAÇÃO PARAENSE DE MOTOCICLISMO e a SEEL

Responsável: Sr. ANTÔNIO DOS SANTOS NETO, Presidente

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), quitando-se o responsável.

ACÓRDÃO Nº 47.028

Processo nº.2006/53299-3

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 168/2005, firmado entre a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS VETERANOS DO BAIRRO SANTA LÍDIA e a ASIPAG.

Responsável: Sr. JÂNIO LUIZ MARTINS BRITO - Presidente.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” c/c os arts. 41,73 e 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993:

I - julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JANIO LUIZ MARTINS BRITO - Presidente, ao pagamento da importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), atualizada a partir de 18.01.2006 e acrescida de juros até a data do seu efetivo recolhimento.

II - Aplicar as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pelo dano causado ao erário e R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado do disposto na Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas que, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, “b” e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº 47.029

Processos nº. 2007/51944-7

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 087/2006 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL e a SAGRI.

Responsável: Sr. HÉLIO LEITE DA SILVA, Prefeito

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$-11.000,00 (Onze mil reais), e aplicar ao Sr. HÉLIO LEITE DA SILVA, Prefeito, C.P.F. nº. 085.758.782-04, a multa de R\$-660,00 (seiscentos e sessenta reais), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrentes do débito e da multa imputadas, caso não haja recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.030

Processo nº. 2008/50885-4

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 002/2007 e termos aditivos firmados entre o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ e a ADEPARÁ.

Responsável: Sr. CARLOS FERNANDES XAVIER – Presidente

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c art. 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), e aplicar ao Sr. CARLOS FERNANDO XAVIER, Presidente, CPF. nº. 017.341.485-00 a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas a ser recolhida na forma como dispõe a Lei estadual nº. 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Esta decisão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrentes do débito e das multas imputados, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 47.031

Processos nº. 2004/51737-6

Assunto: Recurso de Reconsideração.

Recorrente: Sr. GANDOR CALIL HAGE NETO, Prefeito à época do MUNICÍPIO DE PRAINHA.

Recorrido: Acórdão 35.787 de 22/04/04.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no artigo 53, inciso I c/c o art. 38, I e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 09 de fevereiro de 1993, conhecer o recurso em apreço, dando-lhe provimento integral, para o fim de julgar regulares as contas, na importância de R\$ 23.760,00 (vinte e três mil, setecentos e setecentos e sessenta reais), mantendo-se a multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece a art. 71, § 3º da Constituição Federal.

AVISO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 92428 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO: 8/2010

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição, através de empresa especializada, de licenciamento de Softwares Microsoft destinados aos equipamentos Servidores, Estação de Trabalho e